

A configuração dos Cursos Superiores de Tecnologia ofertados no Estado de Mato Grosso, com ênfase no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT

Patricia Dias de Moraes

GT 5 – Estado e Política Educacional

Resumo:

O presente texto analisa a configuração dos Cursos Superiores de Tecnologia ofertados no Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Mato Grosso, antes e depois da criação Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A pesquisa adota o método descritivo analítico, utilizando-se dos dados do Censo do Ensino Superior extraídos do banco de dados do Inep/MEC, nos anos de 2007 a 2012, no que se refere aos indicadores: vagas, inscritos, ingressos, matrículas, cursos superiores, com ênfase nos cursos superiores de tecnologia (CTS). O texto apresenta como se deu a passagem dos CEFET-MT e CEFET-Cuiabá para Instituto Federal de Mato Grosso, a partir da Lei 11.892/2008. A partir dessa configuração, foram obtidas informações que demonstram um maior incremento no número de vagas nos Cursos Superiores de Tecnologia, com destaque na Área de Agricultura e Veterinária.

Palavras Chaves: Expansão da educação superior. Cursos Superiores de Tecnologia. IFMT

Introdução:

A pesquisa adota o método descritivo analítico, na primeira parte apresenta-se o histórico de criação da Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso, e posteriori discutir a passagem de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) para Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), caracterizando a identidade desta nova instituição a partir da Lei 11.892/2008.

A segunda parte do trabalho utiliza-se dos dados do Censo do Ensino Superior extraídos do Banco de Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no período tempo de 2007 a 2012, considerando os indicadores: oferta de vagas, inscritos, ingressos, matrículas, cursos superiores (bacharelados, licenciatura e bacharelados) na modalidade presencial. Com ênfase nos cursos superiores de tecnologia (CTS), por meio dos resultados obtidos pelo micro dados do INEP.

Para Sergio Bagu (1992 apud FRIGOTTO, 2006, p. 32) o tempo computado como um período histórico não se expressa, basicamente, por uma data simbólica, mas pelos acontecimentos que se tornaram significativos a passam a valer como marco histórico. Portanto para melhor compreender as transformações ocorridas ao longo dos tempos na educação no País, é necessário identificar os diferentes fatos que influenciaram no passado e que ora influencia a construção do cenário atual da educação nacional.

Segundo Frigotto (1996, p. 30) “a educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir”. Em sua pesquisa Moraes (2011, p. 16) Afirmar que a partir do discurso ideológico capitalista, a escola é vista como componente essencial para o desenvolvimento do sistema produtivo, estratégica para o desempenho econômico da população e ambiente central na formação dos trabalhadores.

Assim a qualificação da mão-de-obra desde o início da história da produção manufatureira representou-se um desafio para aqueles que necessitam de trabalhadores no labor das tarefas dentro das oficinas para a produção de mercadorias, no século XXI, a classe dominante mantém presença hegemônica na relação educação e trabalho. O objetivo da participação do empresariado continua sendo operar a formação humana de forma a cumprir as necessidades do Capital (RODRIGUES, 2007).

Diante deste cenário, percebe-se no Sistema Nacional de Educação, do governo neoliberal apresenta a forte tendência para a lógica capitalista, que reforça incessantemente a necessidade de qualificação e profissionalização para aqueles que buscam uma oportunidade de trabalho ou ainda a garantia de permanência no emprego.

De acordo com Frigotto (2006, p. 39) a política de educação profissional do governo FHC assumiu várias ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional. Ressalta-se a intenção do Estado de atribuir ao trabalhador a responsabilidade da não empregabilidade, por falta de competências necessárias para o ingresso do indivíduo ao mercado de trabalho. A estratégia utilizada para desviar a atenção da sociedade civil sobre as causas reais do desemprego no País. (FRIGOTTO, 2006, p. 40).

A empregabilidade surge, no plano discursivo, fundamentada na “valorização” dos indivíduos, serão maiores as oportunidades de trabalho quanto maior forem suas competências (FIDALGO e FIDALGO, 2007 p. 19). Neste sentido emerge a necessidade de formação, de indivíduos preparados com capacidade para atuar em um mercado competitivo. Paralelamente surgem desafios relacionados às novas expectativas da sociedade em relação à educação superior – seus cursos e instituições – e ao mundo do trabalho. (ANDRADE e KIPNIS, 2010 p. 175).

Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo compreender como os Cursos Superiores de Tecnologia têm contribuído para a expansão da oferta de vagas em cursos superiores, por Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

2. A implantação da Rede Federal de Educação Profissional no Estado de Mato Grosso, a partir Escolas de Aprendizes Artífices

Para compreensão a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Mato Grosso na sua configuração atual, se faz necessário primeiramente a retomada da trajetória histórica no Brasil, contemplando o contexto econômico, político e social no período denominado de República Velha ou Primeira República (1889 a 1930). Em sua pesquisa, Brotto (2010, p. 43) “Destaca que este período histórico teve como personagens principais os proprietários rurais e os militares, havia uma oligarquia dominante e a política era denominada de café-com-leite”.

Mas para a industrialização ocorresse de forma plena e lucrativa, ações foram tomadas no sentido de criar uma balança favorável a produção nacional, dentre as quais cita-se o encarecimento dos produtos importados, na expectativas de solucionar os

déficits orçamentários. Entretanto somente o equilíbrio monetário não seria capaz de suprir os anseios dos industrialistas, era preciso estabelecer outras estratégias para garantir a expansão da indústria para tanto inicia-se a ideologia industrialista à defesa do trabalho nacional.

Então pressionado pela classe dos industrialistas o Presidente Nilo Procópio Peçanha criou por meio do Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, com sede em 19 capitais do País, considerada a primeira versão da Rede Federal de Educação Profissional. A finalidade dessas escolas era “de formar mão-de-obra especializada para as indústrias locais, com o objetivo de admitir os menores desamparados e os menores mendicantes nas ruas ou praticantes de vício, evitando-se marginalidade pelas capitais (CUNHA, 2005 p. 63).

Assim como aconteceu nas demais capitais brasileiras, a capital cuiabana também sediou uma Escola de Aprendizes Artífices, sendo essa a primeira instituição federal de educação profissional instalada no estado. Segundo Kunze (2006), o terreno escolhido para implantação da EAAMT, fora herança do Capitão Felisdônio Gomes da Silva, localizado à Rua do Livramento na região central de Cuiabá, no entanto a nomenclatura do logradouro passou a Rua Zulmira Canavarros, onde se localiza atualmente o *Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva*.

O Decreto-Lei 4.127 de 25 de fevereiro de 1942, assinado no Governo Getúlio Vargas instituiu a Escola Industrial de Cuiabá. Vinte anos depois a Lei 4.759 de 20/08/1965 a mesma escola passou a se chamar Escola Técnica Federal de Mato. Conforme *Website* do IFMT:

Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus (antigos ginásial e colegial), introduzida pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a ETFMT acabou de vez com os antigos cursos ginásiais industriais (1º grau), e passou a oferecer o ensino técnico de 2º grau integrado ao propedêutico. Além disso, deixou de atender, especificamente, alunos do sexo masculino, com a aceitação de mulheres nos referidos cursos. (IFMT, 2013)

No ano de 1943, o Decreto nº 5.409 do dia 14 de abril de 1943 criou o “Aprendizado Agrícola Mato Grosso” escola de ensino primário iniciou suas atividades com a oferta de 200 vagas para de nível primário, sediada na Serra de São Vicente no município de Santo Antônio de Leverger. Após um ano de funcionamento a escola passou a ter nova nomenclatura “Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra” com tudo suas atividades continuaram sem alterações.

Na data de 04 de setembro de 1979, a instituição passou a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT. A partir de então com a oferta do Curso Técnico

em Agropecuária integrado ao ensino médio ao propedêutico. Por meio da Portaria n. 217 de 17 de março 1980, durante o regime militar, foi instituída a Escola Agrotécnica de Cáceres, situada no município de Cáceres - Mato Grosso, com a oferta do curso de agropecuária em período integral.

Assim através da Lei 8.948 de 08 de dezembro de 1994 transforma a Escola Técnica Federal de Mato Grosso em Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT). Somente em 16 de agosto de 2002 por meio de Decreto Presidencial s/n que ocorre a transformação da Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá em Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, entretanto no ano 2000 já era ofertado naquela instituição o curso superior de Tecnologia de Alimentos.

A partir da instituição da Rede Federal de Ensino de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria-se o Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Mato Grosso, a configuração desta nova instituição aconteceu a partir da junção do CEFET-Mato Grosso, CEFET-Cuiabá, Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e a UNED- Bela Vista.

Atualmente, a estrutura organizacional do IFMT é composta pela Reitoria, *Campus* Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, *Campus* Cuiabá – Bela Vista, *Campus* Barra do Garças, *Campus* Cáceres, *Campus* Confressa, *Campus* Juína, *Campus* Campo Novo de Parecis, *Campus* Pontes e Lacerda, *Campus* Rondonópolis, *Campus* São Vicente e *Campus* Sorriso, além dos Núcleos Avançados de Campo Verde e Poconé. Em fase de implantação o *Campus* Alta Floresta, *Campus* Primavera do Leste, *Campus* Varzêa Grande.

O IFMT oferece cursos do ensino médio integrado, médio subsequente/pós-médio, cursos superiores bacharelado, licenciatura, tecnólogo nas modalidades presencial e a distância e cursos de pós-graduação Lato Sensu (Especialização) e Strictu Sensu (Mestrado). No entanto neste trabalho será focado o estudo e análise dos cursos superiores tecnólogos na modalidade presencial.

3. Compreendendo a Expansão da Educação Profissional e Tecnológica – Análise de indicadores no Brasil e no Mato Grosso.

A Lei Federal 11.892 de 29/12/2008 instituiu a Rede Federal de Ensino de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia. Segundo Otranto (2010 p.89) “Os Institutos Federais

são, portanto, instituições que apresentam uma estrutura diferenciada, uma vez que foram criadas pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais”.

Para Otranto (2010, p. 100) “Perceber a estreita articulação com os setores produtivos, principalmente na proposta de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, e na oferta formativa, em benefício dos arranjos produtivos locais”. O objetivo da expansão da Educação Profissional e Tecnológica era de intensificar a oferta cursos técnico de nível médio, bem como proporcionar o acesso ao Ensino Superior através da oferta de cursos de Engenharias e Licenciaturas, e sobre tudo o aos cursos superiores tecnológicos, nas modalidades: presencial ou à distância.

A estratégia era proporcionar qualificação profissional a população interiorana, e consequente promover o desenvolvimento do setor produtivo nas regiões, que receberam um IFET. Conforme aponta Tavares:

Na Rede Federal de Educação, o papel da educação profissional é promover o desenvolvimento do País por meio da oferta à população de ensino, pesquisa e extensão, em sintonia com as demandas dos Arranjos Produtivos Locais. Formar professores para suprir a carência de profissionais habilitados enfrentada pela educação básica, sobretudo na área de Ciências. Formar técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional. (TAVARES, 2012, p. 10)

A Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica ocorre paralelamente ao processo de Expansão das Universidades Federais, e apesar da oferta dos cursos de Ensino Técnico, percebe-se o um número crescente dos cursos superiores. As novas instituições (IFETs) passaram a concorrer com as Universidades Federais, quanto à oferta de Ensino Superior público e gratuito (TAVARES, 2012 p. 10).

No Brasil, segundo os dados obtidos do Inep, em 2007 existiam 47 Centros Federais de Educação Tecnológica, todos com autonomia própria, descentradas da capital e interior. Em 2008, após a criação da Rede de Educação Profissional, dos 47 CEFETS existentes no País, com exceção dos CEFET do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Universidade Tecnológica Federal de Paraná, os demais CEFET's foram transformados em 34 IFT'S.

Analisando os números das instituições, segundo os dados do Censo, apresenta-se a princípio a impressão de diminuição do número de CEFET, no entanto ocorreu a reformulação da estrutura organizacional, que por meio da integração ou transformação direta dos Centros Federal de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais em Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnológica. Conforme a Lei 11.892/2008 “Os Institutos Federais são

instituições de educação superior, básica e profissional, **pluricurriculares** e **multicampi**, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”. (BRASIL, 2008, grifos nossos)

No entanto, em 2009 segundo dados do INEP, existiam no país 35 Institutos Federais passando em 2012 para 40 IFT’S, que significou uma taxa de crescimento de 14,28% no número destas instituições, com o funcionamento de 430 campi distribuídos em todos os estados brasileiros.

No Estado de Mato Grosso houve a configuração foi semelhante a do País, considerando que em 2007, segundo dados do Censo, existiam no estado: CEFET de Mato Grosso e o CEFET de Cuiabá ambos com a oferta de cursos superiores, entretanto após a Lei 11.892/2008 em que foi criado o único Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia, composto por 14 *Campi*, sendo 02 *campi* na Capital e 12 no interior. Assim reafirma-se que a criação e a expansão destas instituições garantiram a ampliação da oferta de cursos superiores, bem como contribuiu para a expansão e popularização do ensino superior tecnológico no país.

A partir da análise dos dados, podemos analisar as informações sobre o cenário no Brasil, em relação ao do Mato Grosso, conforme Tabelas 1 e 2 no refere-se a vagas ofertadas, vagas preenchidas, candidatos e ingressos nos cursos superiores (tecnólogos, bacharelados e licenciaturas) ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

Tabela 1 - Número de vagas/candidatos/inscritos/cobertura de vagas no Ensino Superior nos CEFET e IF no Brasil

Ano	Vagas Oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Relação Candidato por vaga	Vagas ociosas	% Cobertura de Vagas
2007	14761	93910	14421	6	340	97,7
2008	18226	113795	16675	6	1551	91,5
2009	22857	143415	23234	6	-377	101,6
2010	29811	304333	28555	10	1256	95,8
2011	38098	668345	35312	18	2786	92,7
2012	42980	1087698	38512	25	4468	89,6
Total	166733	2411496	156709	14	10024	94,0

Fonte: INEP/MEC

Observa-se que em 2007 a relação candidato por vaga para os cursos superiores ofertados pelos CEFETs no Brasil era de 6,36% candidato/vaga, com uma cobertura de vagas em torno de 97,6%. Em 2012 apesar do crescimento de 1058% na procura de

candidatos inscritos para o ingresso nos IF, houve 89,6% da cobertura de vagas, restando 10,4% de vagas ociosas.

Tabela 2 - Número de vagas/candidatos/inscritos/cobertura de vagas no Ensino Superior no CEFET e IFMT

Ano	Vagas Oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Candidato por vaga	% Vagas ociosas	% Cobertura de Vagas
2007	218	937	218	4	0	100,0
2008	415	2549	415	6	0	100,0
2009	585	3488	657	6	-72,7	112,3
2010	705	5325	854	8	-149,9	121,1
2011	1292	13222	1096	10	196,9	121,1
2012	1365	10325	1092	8	273	80,0
Total	4580	35846	4332	8	248	94,6

Fonte: INEP/MEC

Na Tabela 2 – Observamos que em 2007 a cobertura das vagas era de 100%, com uma relação de 4 candidatos por vaga. Do período de 2007 a 2012 há um incremento do número de vagas, existia uma oferta de 218 vagas passando em 2012 para 1365 vagas, o que significa em percentual um crescimento de 526,1%, no entanto o número de candidatos inscritos representou um crescimento de 1000,2% na procura de vagas, percebe-se que desta demanda apenas 400,9% ingressaram os cursos superiores ofertados pelo IFMT. Analisando esses dados nota-se que apesar do aumento pela procura de vagas, apenas 80% da oferta de vagas é preenchida.

Podemos supor que em Mato Grosso a razão deste não preenchimento de vagas pelos candidatos inscritos, seria em virtude da não aprovação nos processos seletivos, cuja aprovação dar-se-ia pela obtenção de nota igual ou maior que 8,0 conforme o edital vestibular 031/2009 item 4.0.

Ao que se referente às matrículas realizadas na Rede Federal de Educação Profissional, no Brasil (Tabela 3) apresenta-se:

Tabela 3 – Matrículas - Capital / Interior CEFET e IF - Brasil

Ano	Total	Capital	Interior	% Capital	% Interior
2007	35531	24385	11146	68,6	31,4
2008	40935	26813	14122	65,5	34,5
2009	54733	32033	22700	58,5	41,5
2010	68572	34555	34017	50,4	49,5
2011	83017	37090	45927	44,7	55,3
2012	97939	38759	59180	39,6	60,4
Total	380727	193635	187092	50,9	49,1

Fonte: INEP/MEC

Considerando os dados estatísticos, no indicador matrícula, assistimos que o número de matrícula em cursos presenciais apresentou um incremento de 176% no total de matrículas realizadas no período estudado. Percebe-se que as matrículas realizadas no interior foram de 431%, enquanto na capital o crescimento foi de 59%. Esse dado ilustra a proposta de expansão da educação superior para interior do País estabelecida pelo Governo Federal por meio da Lei 11.892/2008.

Em relação ao IFMT, observa-se o demonstrativo de matrículas conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Matrículas Capital /Interior- CEFET / IFMT

Ano	Total	Capital	Interior	% Capital	% Interior
2007	541	541	0	100	0
2008	789	789	0	100	0
2009	1114	562	552	50,5	49,5
2010	1548	908	640	58,7	41,3
2011	2329	1180	1149	50,7	49,33
2012	2790	1279	1511	45,8	54,1
Total	9111	5259	3852	57,7	42,3

Fonte: INEP/MEC

Analisando os dados, observa-se que no Estado de Mato Grosso as matrículas foram realizadas primeiramente na capital, e somente a partir de 2009 inicia-se as matrículas no interior, isso porque antes da Lei 11.892/2008, existia no Mato Grosso o CEFET-Cuiabá e o CEFET Mato Grosso ambos localizados na capital cuiabana com passagem de CEFET para IFMT, 12 *campi* foram criados no interior, e apesar do início tardio das matrículas no interior, percebe-se que houve uma taxa de crescimento de 174% no número de matrículas realizadas, enquanto na capital essa taxa foi de 128%, uma diferença de 46% entre capital e interior. Considerando o indicador matrículas, identifica-se na Tabela 5:

Tabela 5 - Matrículas por turno/sexo nos CEFET e IF- BRASIL

Ano	Total	Diurno	Noturno	% Diurno	% Noturno	Masculino	Feminino	% Masculino	% Feminino
2007	35531	18449	17082	51,9	48,1	22038	13493	62,0	38,0
2008	40935	22106	18829	54,0	46,0	25187	15748	61,5	38,5
2009	54733	-	-	-	-	33027	21706	60,3	39,7
2010	68572	36484	32088	53,0	47,0	40489	28083	59	41
2011	83017	44544	38473	53,6	46,4	47716	35301	57,5	42,5
2012	97939	51934	46005	53,1	46,9	54114	43825	55,3	44,7
Total	380727	173517	152477	53,2	46,7	222571	158156	58,5	41,5

Fonte: INEP/MEC

A princípio ressalta-se que no ano 2009, no Censo da Educação Superior não foi registrado o número de matrícula por turno, para tanto repetimos o número total de matrícula de acordo com o sexo, conforme apresentado na Tabela 5. Na análise deste indicador destaca-se o uma taxa de crescimento de 181,5% no número de matrícula no período diurno, enquanto a taxa do período noturno é de 169,3%, esse dado nos remete a supor que tal crescimento se deve ao fato da crescente ofertada de vagas em de cursos de carga horária integral.

Analisando o indicador matrícula no subitem sexo, percebe-se que a procura de matrícula do sexo feminino vem aumentando gradativamente, e apresenta uma taxa de crescimento em torno de 224,7% contra uma taxa de crescimento do sexo masculino de 145,5%, podemos considerar esse seja reflexo ou a inserção das mulheres no mercado de trabalho ou a busca pela educação superior. Considerando os dados obtidos no Estado de Mato Grosso, observa-se na Tabela 6 que:

Tabela 6 - Matrículas por turno/sexo no CEFET e IFMT

Ano	Total	Diurno	Noturno	% Diurno	% Noturno	Masculino	Feminino	% Masculino	% Feminino
2007	541	381	160	70,4	29,6	381	160	70,4	29,6
2008	789	456	333	57,8	42,2	578	211	73,3	26,5
2009	1.114	-	-	-	-	705	409	63,3	36,7
2010	1548	808	740	52,2	47,8	971	577	62,7	37,3
2011	2329	1085	1244	46,6	53,4	1322	1007	56,8	43,2
2012	2790	1336	1454	47,9	52,1	1584	1206	56,8	43,2
Total	9111	4066	3931	50,8	49,2	5541	3570	60,8	39,2

Fonte: INEP/MEC

Examinando o indicador matrícula, subitem turno, no Estado de Mato Grosso, examinou que diferentemente do ocorre no Brasil, a taxa de crescimento do número de matrícula no período noturno é de 809%, porcentagem que bem superior à taxa do período diurno que é de 250%. Provavelmente esse crescimento seja reflexo do aumento na procura dos cursos no IFMT, pelo estudante trabalhador, que visualiza na formação superior a possibilidade de ascensão profissional ou ingresso no mercado de trabalho.

Semelhante ao que ocorre no Brasil, no subitem sexo do indicador matrícula a taxa de crescimento de matrículas do sexo feminino apresentou aumento significativo no período estudado, com uma taxa de 653%, enquanto no mesmo período a taxa de crescimento do sexo masculino foi de 315%. Ressalta-se novamente a opção do alunado feminino por cursos antes cursado pelo público masculino.

Para retratar a configuração atual do Ensino Superior ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnologia buscou-se, inicialmente distribuição d para apresentação da oferta de cursos superior no Brasil foram analisados inicialmente a oferta de cursos nas capitais e no interior.

Nota-se que a taxa de crescimento de cursos na capital foi de 27%, enquanto no interior o percentual foi de 373%. Houve uma inversão proporcional na oferta de vagas entre capital e interior após a passagem de CEFET para IF, considerando que em 2007 a oferta de cursos na capital era de 60% do total ofertado em 2012 há redução para 28% desta oferta. Enquanto no interior inicia-se com 40% do total de cursos ofertado e chega a 72% no ano 2012, indicamos que esse incremento é justificado pelo aumento do número de *campi* instalado no interior do País.

Em relação à oferta de Cursos Superiores presenciais no CEFET-MT e IFMT, percebe-se que o Ensino Superior cursos superiores (bacharelado, licenciatura e tecnólogos) presenciais nos anos 2007 e 2008 eram ofertados exclusivamente na capital, somente a partir de 2009 surgem os cursos no interior, a taxa de crescimento corresponde a 130% desta oferta. Enquanto que na capital permanece a manutenção dos cursos já existentes. Para detalhar a análise da oferta de Cursos Superiores presenciais no CEFET-MT e IFMT, com ênfase nos cursos superiores tecnólogos, se fez necessário a busca de informações nos Micros Dados do Censo da Educação Superior/ INEP, para identificação dos diferentes graus acadêmicos de formação: Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo. Conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Cursos Presenciais – por grau acadêmico nos CEFET e IFMT

Ano	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	% Bacharelado	% Licenciatura	% Tecnólogo
2007	8	1	0	7	12,5	0	87,5
2008	11	2	1	8	18,2	9,1	72,7
2009	15	3	2	10	20,0	13,3	66,7
2010	15	5	2	8	33,3	13,3	53,4
2011	28	9	6	13	32,1	21,4	46,5
2012	34	11	6	18	32,4	17,6	50,0
Total	111	31	17	63	27,9	15,3	56,8

Fonte: INEP/MEC

Considerando os dados obtidos na Tabela 7, observa-se que a taxa de crescimento da oferta de cursos superiores tecnólogos é de 157,1%, no entanto a taxa de incremento da oferta dos cursos superiores bacharelados é de 1000%, percebe-se que apesar cursos tecnólogos representar 56,8% do total dos cursos presenciais ofertados

pelo IFMT, atesta-se que a taxa de crescimento destes cursos não acompanhou igualmente o crescimento da oferta de cursos superiores bacharelados, no período estudado. A partir destes dados, indica-se que provavelmente há nos IF's uma tendência de concorrência com a Universidade Federais, no tocante a oferta de cursos bacharelados.

Recorre-se ao micro dados do INEP para análise aprofundada da oferta de cursos tecnológicos, para tanto foi considerado o sub-item Área Geral de Conhecimento, e assim foram apurados os resultados conforme Tabela 8:

Tabela 8- Cursos Superiores Tecnólogos por Área de Concentração - CEFET e IFMT

Ano	Total	Engenharia, Produção e construção	Ciências, Matemática e Computação	Agricultura e veterinária	Serviços	% Engenharia, Produção e construção	% Ciências, Matemática e Computação	% Agricultura e veterinária
2007	7	3	2	1	1	42,9	28,6	14,3
2008	8	3	2	2	1	37,5	25,0	25,0
2009	11	3	4	3	1	27,3	36,4	27,3
2010	8	3	3	1	1	37,5	37,5	12,5
2011	13	7	3	2	1	53,8	23,1	15,4
2012	18	7	4	3	4	38,9	22,2	16,7
Total	65	26	18	12	9	40,0	27,7	18,5

Fonte: INEP/MEC

Análise da Tabela 8 proporciona uma leitura do prospecto da oferta de cursos tecnológicos do IFMT, conforme os dados apresentados a taxa de crescimento dos cursos da Área de Engenharia, Produção e Construção, foi de 133,3%; da Área de Ciências, Matemática e Computação, foi de 150%, os cursos na Área de Serviços e Ciências Sociais, Negócios e Direito, juntos somam uma taxa de 100% de crescimento. O maior percentual de cursos foi representado nos cursos da Área de Agricultura e Veterinária com percentual de 300%, destaca-se que esses cursos são ofertados em sua maioria nos *campi* do interior, essa oferta pode estar diretamente relacionada ao potencial agroindustrial do Estado de Mato Grosso.

Considerações Finais:

Observa-se que a Rede Federal de Educação Profissional, proporcionou aumento significativo do número de vagas públicas do Ensino Superior no Estado de Mato Grosso, por meio da oferta de cursos superiores de tecnologia. Considera-se relevante a questão vagas/inscritos/ingressos haja vista que o número de vagas foi ampliado, que procura por essas vagas acompanharam em aumento de procura,

entretanto não há o preenchimento na totalidade das vagas, sugeriu-se estudos mais detalhados sobre a problemática no intuito de identificar as possíveis causas deste fenômeno.

Confirma-se por meio dos dados obtidos que a oferta de cursos pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia atende as orientações da Lei 11.892/2008, no que se refere a interiorização da educação profissional, considerando o aumento do número de *campi* e a concentração de cursos tecnológicos no interior do Estado.

A política de expansão dos cursos superiores tecnológicos desenvolvida pelo IFMT apresenta dados que ilustram a expansão desses cursos de acordo com a vocação econômica do Estado, haja vista que o índice de cursos na área de concentração “Agricultura e Veterinária” é o maior dentre as demais áreas.

A partir deste trabalho sugeriu-se o aprofundamento nos estudos o quadro docente e quadro de técnicos administrativos, bem como o estudo do perfil do alunado ingresso na instituição. Com a realização deste estudo seria possível mapear os possíveis agentes dificultadores ou não, que interferem na expansão da oferta dos cursos superiores de tecnologia nesta instituição.

Referências

ANDRADE, Andréa de Faria Barros e KIPNIS, Bernardo. Cursos Superiores de tecnologia: um estudo sobre as razões de sua escolha por parte dos estudantes. In. MOLL, Jaqueline e (colaboradores) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre : Artemed, 2010. Pags 175 a 191.

BROTTO, Claudio Valério de Paula. **O processo de expansão do IFES: Democracia, participação e função social**. 2013, 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. Ed. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

FIDALGO, Nara L.R e FIDALGO, Fernando. Reflexos sociais da lógica de competências: o processo de individualização em foco. In. FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro e FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs). **Educação Profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Pags.17 a 70

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio integrado à Educação Profissional**. Boletim 07 Maio/Junho 2006. Salto para o futuro.

KUNZE, Nádya Cuiabano. **A Escola de Aprendizizes Artífices de Mato Grosso 1909/1941**. Cuiabá: CEFETMT, 2006.

OTRANTO, Célia Regina. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia – IFETS**. In: Revista Retta, Ano I, nº 1, jan-jun. 2010, p. 89-110.

MORAIS, Frederico Dourado Rodrigues. **A relação entre escola e trabalho na lógica do capital: Os cursos superiores de tecnologia no Brasil em debate**. 2011, 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiás.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. Campinas, SP : Autores Associados, 2007.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As etapas históricas da educação profissional no Brasil**. In: IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, 2012

DOCUMENTOS:

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União de 23/12/1996**. Brasília, DF.

BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União de 30/12/2008**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. Relatório Anual de Gestão do Exercício de 2011. Janeiro 2012

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Créa capitães dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices para o ensino profissional primário gratuito**.

BRASIL. Decreto n. 241 de 28 de fevereiro de 1967. Inclui entre as profissões cujo o exercício é regulado pela Lei 5.194 de 24 de dezembro de 1966, profissão de engenheiro de operação. **Diário Oficial da União em 28/02/1967**, Brasília, DF, 1967.

BRASIL. Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal 9.394/96. **Diário Oficial da União em 18/04/1997**, Brasília, DF.

BRASIL. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, e dá providências. **Diário Oficial da União em 26/07/2004**, Brasília, DF.